

Quadro dos dispositivos legais relacionados à Segurança da Informação

Versão 003 de
26/09/2024

CARÁTER	DISPOSITIVO	ASPECTO DE SIC
FEDERAL	Constituição Federal, Art. 5º, inciso X.	Sigilo das informações relacionadas à intimidade ou à vida privada.
FEDERAL	Constituição Federal, Art. 5º, inciso XIV.	Acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte.
FEDERAL	Constituição Federal, Art. 5º, inciso XXXIII.	Disponibilidade das informações constantes nos órgãos públicos.
FEDERAL	Código Penal, Art. 153, §1º-A.	Divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei.
FEDERAL	Código Penal, Art. 154.	Revelar, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem.
FEDERAL	Código Penal, Art. 325.	Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.
FEDERAL	Marco Civil da Internet - LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014.	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
FEDERAL	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.	Tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado
FEDERAL	LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.	Proteção da propriedade intelectual de programa de computador.
FEDERAL	LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.	Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
FEDERAL	LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
FEDERAL	LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas.
ESTADUAL	LEI ESTADUAL Nº 18.025, DE 22 DE MAIO DE 2013.	Procedimentos para aplicação da Lei federal nº 12.527 e classificação de informações sob restrição de acesso.
ESTADUAL	LEI ESTADUAL Nº 13.800, DE 18 DE JANEIRO DE 2001, Art. 46.	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás.
ESTADUAL	LEI ESTADUAL Nº 16.168, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.	Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
ÓRGÃO	RESOLUÇÃO Nº 22/2008.	Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
ÓRGÃO	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 18/2022	Disciplina o regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
ÓRGÃO	RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2012.	Acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
ÓRGÃO	RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2015.	Altera a Resolução Normativa nº 004/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
ÓRGÃO	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 5/2022.	Institui o Regulamento da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
ÓRGÃO	PORTARIA 57/2023.	Constitui o Comitê de Gestão da Segurança da Informação para o biênio 2023-2024, em conformidade com a Resolução Administrativa nº 11/2022.
ÓRGÃO	RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 10/2017.	Dispõe sobre os critérios para promover a classificação das informações confidenciais produzidas ou custodiadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
ÓRGÃO	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2024.	Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
ÓRGÃO	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2022.	Dispõe sobre a estrutura organizacional e competências dos órgãos e unidades organizacionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, dentre outras providências.
ÓRGÃO	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 0001/2014	Código de Ética para os Membros e Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.